

# Era bom que trocássemos umas ideias sobre o assunto

Mário de Carvalho

# Primeira parte

Resvés ao caminho-de-ferro de Entrecampos, em rua estreita e discreta, de que o nome não me ocorre, foi construído, há anos, o controverso edifício da Fundação Helmut Tchang Gomes, que, como é sabido, suscitou indignações veementes na migalha de público dita «os intelectuais», cismas avinagrados na Associação dos Arquitectos, balanceios incómodos na cadeira dum ministro e choros convulsos numa misteriosa viúva de quem nunca mais se soube nada, nem eu nem ninguém. De controversa, a própria instituição também houve o seu quê, quando, em tempos, sediando ainda em Belém, no bairro das embaixadas, a alguns jornais desinibidos, muito hábeis em perscrutações, lhes deu para farejar tortuosidades financeiras, sumptos bizarros e habilidades de engenharia fiscal. Os anos passaram, as inflamadas arguições bocejaram em inquéritos inconclusos, um banqueiro que estrangulou a esposa com fio de pesca atraiu as atenções gerais, e a Fundação, discretamente, pacatamente, morticemente, lá foi patrocinando uns concertos de câmara, uma excursão à Nova Zelândia («pátria ancestral dos bravos Maori») e um recital de poesia hexamétrica em baixo-latim.

Naquela rua de Entrecampos, certo dia, fizeram implodir um velho prédio de estilo dito de Munique, com larga presença de basbaques e prevenção acautelada das forças da ordem. Ergueu-se um tapume, com os competentes janelos para espreitadores profissionais, destinados a evitar o chamado efeito Parmentier, ou «do fruto proibido», esconjurado pela máxima implícita: «observa mas não saltes!», tapume que atraiu mais os amadores de *grafitti* e os roubadores de tábuas que os espreitas de feitio. Não tardaram trabalhadores imigrados, escavadoras, martelos pneumáticos, andaimes, uma grua medonha, terror dos aviadores, e, em menos de nada, no espaço de se ir ali e já vir, estava a edificação pronta, pintada e inaugurada, com discursos, bandeirinhas e croquetes.

Escândalo! Escândalo e alarido! Talvez de entre os milhares de pessoas que nas empardecidas horas de ponta por aí circulam, azamboadas do sono e do cansaço, e que, de ordinário, não têm disposição para levantar os olhos, algumas, mais atentas aos jornais e aos televisores, se prestassem então a uma breve apreciação do prédio. Não consta que alguém tivesse desviado os passos ou arriscado o transporte por causa dum exame mais demorado e circunspecto. Apreciações contidas num «afinal não desgosto», ou «ele há cada mamarracho», breve haviam de ser esquecidas nas páginas dum jornal desportivo, entre os solavancos dum autocarro ou nos apertos belicosos duma carruagem de comboio. E seguramente não eram lembradas ao jantar, na altura da telenovela brasileira.

Sempre que em Lisboa se constrói um prédio de estilo, com prosápia inovadora, cai Tróia, caem o Carmo e a Trindade, caem dirigentes políticos, caem reputações, as ondas sonoras

dos desmoronamentos imaginários ressoam, vibram, enervam, insistem, maçam, e só o que não cai é o edifício em causa, como não caiu este. De novo a pacatez da Fundação foi ofendida, violada a sua discrição, e o seu nome mencionado. Houve agitação, a subir nos primeiros dias, a estacionar depois e a descer sempre daí por diante. A polémica foi transferida dos diários para os semanários, destes para as revistas especializadas, daí passou aos livros e acabou, naturalmente, no olvido. As televisões dedicaram um minuto e meio ao evento, mas de forma tão veleira, alegrete e trapalhona que ninguém percebeu nada. De vez em quando, ainda se insinua algum remo-que raivoso numa coluna de jornal. Um contumaz professor das Belas-Artes continua a trovejar, por alturas de Março, defronte dos seus alunos transidos. Nada que abale a firmeza dos materiais, nem a consciência ou a algibeira de quem os mandou convergir assim.

A Fundação brilha e refulge, entre os evinéis fuliginosos e azulejos tismados das redondezas, no seu colorido de magenta, sabiamente combinado com o verde-alface de uns crescimentos metálicos construtivistas, em forma de canudo. Uns salpicos de cravos de latão dourado, organizados ao longo da fachada, evocam formas que se prestam à discussão, embora já desapaixonada. Uns vislumbraram ali os contornos selectos duma harpa, outros, o brado nacionalista dum barrete de campino. Numa homenagem a Jorge Luis Borges do arquitecto letrado — ou, quem sabe, do inspirado mestre-de-obras — lá está mesmo uma escada que não leva a parte nenhuma e que, a determinada vadiagem da zona, pareceu vazadouro ideal para seringas usadas e outros dejectos correlativos.

Com olhos de ver, ressalta ali a história arquitectónica da Humanidade, numa síntese muito proveitosa para estudantes. Está representado o divino Imhotep com a sua pirâmide de Saqqarah, Fídias com os frisos do Pártenon, Vitruvius com os seus criptopórticos, Mestre Afonso Domingues com a abóbada da Batalha, a Bauhaus com as suas lisuras escorridas, Frank Lloyd Wright com uma grande superfície vidrada, Niemeyer com uma esfera polida, e Raul Lino com beirais próprios de andorinhas, por cima de tudo o que seja abertura, grande ou pequena, quadrada ou redonda, sisuda ou festiva. A obra figura na capa dum álbum chamado *Lisboa Pós-Moderna*, que as más-línguas denunciam encomendado pela própria Fundação a uma senhora com fama de excelente fazedora de álbuns, especializada em porcelanas Ming, *ex-votos*, e — dizem — muito hábil a adivinhar destinos pelos astros. Na reprodução, por deficiência da tipografia, aquela cor magenta aparece um tanto esbatida e não deixa adivinhar as apóstrofes enraivecidas, que, de roldão com outras, vituperaram em tempos a pintura.

Houve, convenhamos, algum exagero e sobrecarga de nervos. A magenta não é tão hedionda como isso e há outras cores que ligam pior com o verde-alface. Creio que a maior parte dos detractores se encontrava então fortemente influenciada por certo cineasta suíço que chamou a Lisboa «cidade branca», confundindo-a porventura com Évora, ou com Campo Maior. As pessoas comuns têm destas coisas... Deixam-se levar pelas declarações de gente prestigiada, mesmo quando a gente prestigiada se deixou iludir por impressões fugidias e sacudidas pela sequência de fusos horários... Um autor fatigado resolve

dar um título assim a uma fita. Há mais gente a reparar no título que na fita, e a olhar em volta, ninguém.

O venerando Alexandre Herculano chamou à capital «cidade de mármore e de granito» e, durante século e meio, nos discursos oficiais, nos arrebatamentos de bodas e baptizados, na retórica de alguns professores de liceu e na conversa dos anciãos ao adormecer de netos, Lisboa de mármore e granito jazeu. E olharam-se de viés aqueles espíritos positivos que, fiando-se mais nos sentidos e no saber geológico que na imaginação romântica, alertavam para a comprovada ausência de granito em Lisboa, e seu termo, e se recusavam a confundir com o mármore a humilde pedra lioz.

Se o grande Herculano fosse conhecido e estimado por esse mundo fora, como infelizmente não sucede, haveria agências a organizar safaris aos problemáticos juncais da Mauritânia, para observar o tigre nativo inexistente, apenas porque o escritor, num frémito de imaginação, pespegou a fera no *Eurico*...

Quanto à cor de Lisboa, de tons sempre variáveis com o fluir das estações e os caprichos dos sóis e das atmosferas, disponho-me a jurar e a declarar notarialmente que branca não é. Basta subir-se ao Miradouro da Senhora do Monte, ali a S. Gens, ou ao terraço do Hotel Sheraton, ou àquele enorme edifício azul que fecha a Alameda D. Afonso Henriques, nos altos da Barão de Sabrosa, ou mesmo ao humilde convés dum cacilheiro, para poder verificar que a cidade, descontando o grená rugoso dos telhados, varia entre os rosas suaves, os verdes esbatidos, os amarelos doces, em milhentas tonalidades que não fazem mal à vista. Lá terá as suas brancuras aqui e além, mas estão preciosamente colocadas, para compor o todo.

Mas isto de gostos e de cores parece que não é para discutir. Já foi. Agora não é outra vez. Se o meu amigo João de Melo, num dos seus livros, me assevera, com uma convicção firmemente reiterada, que «o mar é branco», seria de um mau gosto prosaico e burgesso ir dizer-lhe, contrariando-o, embora com afabilidade: «Olha que não, João, o mar não é branco, isso são as espumas; o mar é...» Aqui há que condescender com convicções entranhadas, tolerar as daltonias íntimas, garantir a liberdade poética, *libertas vatum*. Já com os tigres da Mauritània, espreitando entre juncais africanos, me parece mais complicado de lidar, mas, também, nada me obriga a isso...

O que importa proclamar por agora é que, ainda que a cor magenta não venha nos dicionários, o que quase a candidata à inexistência, lançada naquela rua, desmerece tanta gritaria e intolerância. Não é improvável que daqui a sessenta anos — se a qualidade da construção o garantir — retinam campainhas, alertando para a notícia gritante, com esquadrias de vermelho ameaçador nos computadores de pulso e nos monitores que ocuparão paredes inteiras: «Alto, que querem pintar de cinzento o célebre prédio magenta da rua tal, que foi em tempos da Fundação Helmut e onde hoje estão instalados os serviços de vigilância da quadrícula 38. Segue-se a oração da tarde, para os que não puderam comparecer no templo!»

E porque já vamos na página catorze, em atraso sobre o momento em que os teóricos da escrita criativa obrigam ao início da acção, vejo-me obrigado a deixar para depois estas desinteressantes e algo eruditas considerações sobre cores e arquitecturas, para passar de chofre ao movimento, ao enredo. Na página três já deveria haver alguém surpreendido, amado,



ou morto. Falhei a ocasião de «fazer progredir» o romance. Daqui por diante, eu mortes e amores não prometo, mas comprometo-me a tentar algumas surpresas. E, enquanto me apresso, vou protestando que houve um escritor que demorou trinta magníficas páginas a acordar de um sono e outro que gastou muitas mais a tentar demonstrar, fraudulenta mas genialmente, que a baleia é um peixe...

Ora, no sexto andar do edifício aludido, num gabinete amplo e com decoração assim-assim, que seria ocioso especificar, fitam-se duas personagens: uma, do lado do proprietário da secretária, a outra, do outro. O titular do gabinete e anfitrião chama-se Rui Vaz Alves, é vogal da administração e dirige o «departamento de contacto» da casa; o outro chama-se Joel Strosse Neves, estancia habitualmente num dos pisos de baixo e tem, sobre o primeiro, a única vantagem de ser o protagonista desta história. Como, neste breve relance, os dois homens estão apenas a olhar um para o outro e não adiantam nada, eu aproveito a ocasião para me prevalecer duma velha tradição literária e apresentá-los ao leitor, com o acrescento dumas circunstâncias esclarecedoras.

Rui Vaz Alves ainda não aqueceu o lugar. Foi chamado logo para o topo da hierarquia após o êxito dum despedimento colectivo numa empresa de que era chefe de pessoal e depois de ter escrito para um jornal popular um artigo célebre intitulado «A mão invisível actua com pés de lã», finalizado com um bramido muito festejado pela originalidade: «*Laissez faire! Laissez passer!*» Formou-se em Antropologia na Escola de Estudos Superiores de Montpognon, na Suíça, depois de alguns

insucessos no limiar das universidades portuguesas por morduns critérios de classificação rabugentos com que se sentiu desfeito e severamente ofendido. Zangado com a Pátria, não lhe ocorreu o desprezo de Cipião, que não consentia que a Ingrata tivesse os seus ossos, antes a ameaça de que Ela o havia de aturar, em carne e osso, quer o quisesse ou não. E vá de abalar para a Suíça, para vir de lá licenciado em Antropologia Analítica. A sua tese, que ainda não foi publicada, versa sobre «As Disposições das Alminhas nas Encruzilhadas do Alto da Beira» e suscitou um acolhimento benevolente dos professores helvéticos, mediocrementemente qualificados para se aperceberem dos erros de ortografia. Aos docentes estrangeiros há-de interessar pouco que um licenciado escreva *perjorativo* em vez de pejorativo, árbito em lugar de árbitro, ou *orquestra* por orquestra. Ter-lhes-á constado a igual indiferença dos professores portugueses por estes pormenores... De qualquer modo, parece transmitir-lhes um prazer sardónico isto de despachar para cá intermináveis levas de licenciados, doutorados e mestres, como se tivessem boas razões para nos querer mal. Com a Suíça, que eu esteja lembrado, nunca houve guerra. Não explorávamos os mesmos lagos e, quanto a montanhas, sempre nos puxou mais o Tibete. Fica, portanto, por explicar a má vontade que os sábios de Montpognon acalentam contra a inocência lusa. Alguma refeição no Algarve a cair mal a certo reitor, um jardineiro português excessivamente namorado e adúltero, um turista que deitou um caroço de azeitona para o chão e se deixou surpreender... Caso para melhor averiguar...

Dizia então o doutor Vaz Alves, enquanto passava os dedos pela carneira garantidamente genuína da agenda *Exec*, com o

seu nome impresso a letras douradas e encomendada por vinte e cinco contos, fora os portes do correio:

— Eu sou assim, eu gosto de desafios e estou certo de que você também gosta!

Esta frase, ouvida com digna circunspecção, causou um estremecimento íntimo assaz desagradável no interlocutor, que era muito avesso e relapso em relação aos desafios. Sem risco de exageros, pode mesmo asseverar-se que odiava desafios. Mas sobre o tremor íntimo irrompeu uma vulcânica consternação, também ela interior, que apenas se manifestou no gesto de apertar o nó da gravata. O licenciado Joel Strosse Neves dificilmente suportava que, fora de uma leve intimidade, um desconhecido o tratasse por você. Você é estrebaria, sete fardos por dia...

A questão das formas de tratamento na língua portuguesa chegou a dar duelos e mortes, em tempos ainda recentes. Ocorre-me um desfecho sanguinolento ali na Rua do Carmo, quando um fidalgo sobranceiro tratou outro por «Vossa Mercê». As soluções violentas não estavam, porém, ao alcance de Joel Neves que, além de ser cinquentão e de físico para o esguio, não se encontrava bastantemente apetrechado de independência material e social para enfrentar o seu chefe directo, nem tão anacronizado que o reptasse para um duelo ao nascer do Sol, nos brejos anexos ao Estádio da Luz, onde ainda pastam carneiros, uma trinca na relva, outra no cimento... Mas também não vislumbrou formas de demonstrar ao Vaz Alves que ele não se encontrava muito ao corrente da pragmática do português. Ou, dito por outras palavras, mais chegadas ao pensamento de Strosse, que o outro era um casca-grossa um tanto ajavardado, simbólico de ruins tempos. Procurou no entendimento expressões

subtis que manifestassem um descontentamento entretecido de finura. Apenas maltratou de novo a gravata. A elaboração mental era, de resto, ociosa, porque, se Joel Strosse tivesse encontrado a frase fina e cortante que perseguiu, provavelmente o interlocutor não a teria compreendido.

— Desafios? — inquiriu Joel Strosse, enfim, com a frieza cortês que pôde arranjar.

Abra-se aqui uma analepse, que é a figura de estilo mais antiga da literatura, vastamente usada pelo bom do Homero, quando não dormia, e não sei mesmo se pelo autor do *Gilgamesh*. Logo verei, com mais vagar. Os cineastas — deslembra-dos de Homero ou Camões — estão candidamente convencidos de que foi o cinema que inventou a analepse, a que chamam *flashback*. E até há alguns que manifestam animadversão contra os *flashbacks*, e nisto fazem lembrar uma escritora que tinha tanta repulsa aos diálogos como os monges medievais ao grego e Mafoma ao toucinho: «Diálogos? Não se lê!»... São estranhas e peculiares tinetas, desculpáveis por esta defeituosa natureza humana de não poder acudir a tudo. Não me ocorre agora nenhum escritor que abomine as analepses, mas deve haver algum. Esse não será, com mágoa minha, leitor deste livro, o que lhe restringe perigosamente o alcance.

E vem a tal analepse para contar o que se passou momentos antes (mais exactamente, quatro minutos e meio) quando, apreensivo, Joel Strosse, avisado por um contínuo, penetrou no gabinete de Vaz Alves, apertou o botão do casaco com a mão esquerda e a mão direita de Vaz Alves com a outra.

Vaz Alves abriu gestos largos, de braços em volteio elegante, exibiu o relógio *Rolex*, que descaiu um pouco sobre uma

daquelas pulseiras com duas esferazitas que servem para dar energia e evitar doenças e não sei se maus-olhados, e sorriu abundantemente. Instalados, fez considerações sobre a decoração do gabinete, acoimando de surrealista um inofensivo candeeiro italiano, daqueles que articulam varinhas muito compridas e esterlicadas a rematar numa luzinha de halogéneo. Depois, remexeu na pasta pessoal de Joel e entalou-a entre as páginas da sua agenda especial de executivo, de onde sobrou bastante. Pigarreou, fez-se sério, contemplou o tecto e comprimiu as mãos no gesto a que os especialistas de gestos chamam «em abóbada». Embora não fosse, de ordinário, muito previsto, Joel nessa altura alarmou-se e pensou: «Temo-la armada!»

Tinha, pois! Alves já explicitava, com vigor, as profundezas do seu conceito sobre a Fundação. Aquilo — deixássemo-nos de tretas! — era uma empresa. Como todas as empresas, tinha clientes. Aos destinatários do giro da empresa fazia ele questão de chamar «o cliente difuso», designação que lhe parecia preferível à de «cliente global», configurando os «alvos» da «oferta de produtos». Nessa conformidade (ele dizia «como tal»), o primeiro requisito que se exigia era que os colaboradores (eufemismo para «empregados») fossem capazes de «implementar», em primeiro lugar a eficácia, em segundo a eficácia e, em terceiro, a eficácia.

Esperou uns instantes fitando olhos de águia em Joel, que a Joel mais pareceram de abutre, para ver o efeito que produzia o achado. Na verdade não havia efeito nenhum, apenas algum espanto, porque Joel Strosse, se bem que desmemoriado, ainda se lembrava da tripla audácia de Danton, nos tempos

em que Danton, o Terror e a Convenção podiam ser matéria de conversa entre pessoas de ilustração tão-somente mediana.

«Em termos de» eficácia, ponderara Vaz Alves que Joel estava mal aproveitado e que convinha tirar partido dos seus interesses intelectuais, atestados e reiterados pelo *Público* entalado devotamente debaixo do braço, numa casa em que toda a gente, quando lia, lia o *Correio da Manhã*. E aqui encaixou aquela pergunta sobre se o outro gostava de desafios, que deixou Joel Strosse a matutar sobre se não estaria em marcha uma maroteira de alto lá com ela. Estava, estava... Vaz Alves propunha-lhe que passasse a ocupar-se da biblioteca da Fundação, lugar criado mesmo à medida das suas morosidades reflexivas e filosofantes. Via-se logo que ele — Joel — tinha aquela coisa de ser muito capaz de gostar de livros. Era assim que Alves considerava a «optimização dos recursos» humanos. Para as tarefas de velocidade, os jovens cheios de genica, para as tarefas de sossegada ponderação, os veteranos cobertos duma pátina de sabedoria acumulada, que mais não fosse, pela propectude.

E como, no dia seguinte, por inspirada coincidência, Joel Strosse seguia para férias, quando regressasse já encontraria o seu gabinete instalado na biblioteca. E tinha gostado muito de conhecê-lo, havia sido mesmo um verdadeiro prazer e contava que se propiciassem mais oportunidades para outras conversas assim instrutivas. E desejava-lhe boas férias. Não ia para Benidorme? Fazia mal, que Benidorme era muito bonito, embora ele, Vaz Alves, preferisse as Seychelles, um paraíso em que o único problema eram as diarreias. E já lhe estendia a mão, apertando-lha de estalo, com um grande sorriso, como quem diz: «Sempre camaradões, hem?»